

Caixa garante não ter dinheiro

Antes mesmo de ser conhecido, o socorro oficial já enfrenta obstáculos na equipe econômica e no Congresso. O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Sérgio Cutolo, de quem a equipe pretende tirar uma fatia do socorro aos estados, diz que está preocupado com as medidas. Ele garante que a instituição não tem dinheiro para a ajuda aos estados.

“A Caixa é um órgão executor da política do Governo. Fará o que for decidido”, rebate um assessor do ministro da Fazenda, Pedro Malan. No Ministério da Fazenda, os técnicos discutiam ontem os últimos detalhes do pacote, que incluirá fortes restrições de gastos por parte dos estados e poderá levar o Banco Central a reduzir os depósitos compulsórios mantidos pelos bancos — para garantir os recursos à Caixa. Na escala de prioridades do Governo, a negociação com os estados tem importância semelhante à crise bancária e à inadimplência na agricultura.

A dívida em título dos estados, que era de R\$ 18,5 bilhões no início do Plano Real, já estava em R\$ 23 bilhões no início do ano e, em outubro, chegou a R\$ 32 bilhões.

O problema da dívida em títulos, porém, mal começou a ser tratado. O ministro Malan afirma que se pensa, nesse caso, em adotar um mecanismo semelhante ao da renegociação da dívida externa, com o oferecimento de garantias dos esta-

dos e a troca da dívida por títulos mais baratos e de mais longo prazo.

De acordo com os assessores do senador Carlos Bezerra, a proposta em discussão no CMN praticamente fará com que os estados parem de pagar, por exemplo, algumas de suas dívidas de FGTS com a CEF. O presidente da Caixa, porém, resiste a essa alternativa: o dinheiro pago pelos estados pelas dívidas em programas de saneamento e habitação, é necessário para continuar financiando outros programas deste tipo. “Para mudar isto, é preciso mudar a lei do FGTS”, afirma Cutolo.

O senador ameaça pôr em discussão a chamada dívida contratual, de cerca de R\$ 35 bilhões e já negociada em 1993, na gestão de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda. Os senadores querem baixar o percentual de comprometimento das receitas dos estados com o pagamento das dívidas nos bancos federais — de 11% para 9% — se o Governo não ajudar os estados a conseguirem mais recursos para seu caixa.

Na nova ajuda, se o estado pedir apenas um valor igual a sua parcela no Fundo de Participação dos Estados, não precisará dar garantias adicionais para o empréstimo. O Governo Federal deverá exigir o cumprimento de programas de privatização e de demissão de funcionários.